

## Editorial

**P**erpassa esta edição dos *Cadernos da Escola do Legislativo* a percepção de que, diante de um contexto de reestruturação do Estado em face de um processo de acentuada transformação econômica, social e cultural em escala mundial, é importante a aproximação e a interação entre as casas legislativas dos três níveis da Federação e, se possível, no plano internacional. Essa importância decorre de vários fatores. Um deles é de que não há receita ou prescrição nos manuais de ciência política sobre os caminhos e as inovações a serem adotados pelos parlamentos para que possam vir a ocupar um espaço de relevo na construção de sociedades democráticas. Nesse contexto, a troca de experiência e a ação conjunta são fundamentais.

Além disso, o processo de globalização torna cada vez mais complexa a organização do poder no território, repartido em circunscrições estaduais e municipais. Delimitar os problemas segundo uma classificação de interesses local, regional ou nacional – critério básico para a distribuição de competências federativas – tem perdido o sentido, porque as causas dos problemas são múltiplas e de diferentes escalas, e as soluções não podem ser alcançadas pela

atuação isolada de um ente de qualquer dos níveis da Federação. Esse quadro faz com que se intensifiquem as interações entre os entes federativos, sendo os consórcios apenas uma das manifestações dessa tendência. Ocorre que essa interação acontece fundamentalmente por intermédio do Poder Executivo, a cujo chefe compete a representação do ente político. É fato que se ampliam as interações entre as casas legislativas, por meio da União Nacional dos Legislativos Estaduais e de outras entidades ou instâncias que permitem a troca de experiências de setores específicos do Poder Legislativo – escolas, televisão, procuradoria, etc. Não obstante, essa interação é tímida no contexto das transformações de nossa federação e dos desafios apresentados às casas legislativas. As assembleias legislativas, por exemplo, sequer buscam colaborar com o Congresso Nacional no debate e na elaboração das normas gerais em matérias de competência concorrente (art. 24 da Constituição Federal), o que permitiria que a lei nacional explicitasse o campo reservado à legislação estadual.

Ao eleger como foco a atuação dos parlamentos, sobretudo dos subnacionais em perspectiva comparada, tem-se a pretensão de oferecer uma modesta contribuição a esse movimento de interação e intercâmbio entre as casas legislativas, na medida em que servidores e agentes políticos de diferentes parlamentos podem ou não reconhecer suas instituições nas análises apresentadas pelos autores que contribuem para esta edição. Para cumprir esse desiderato, buscamos trabalhos apresentados em eventos científicos de caráter nacional e internacional, em especial no 1º Encuentro Internacional Legislativo en América Latina – mirada crítica y agenda pendientes, organizado pelo Grupo de Estudios Legislativos da Associação Latino-americana de Ciência Política (Alacip). Desse encontro derivam os três primeiros textos desta edição. O quarto texto foi apresentado no 35º encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), realizado entre 24 e 28 de outubro de 2011. O rigor e a concorrência na seleção dos trabalhos para esses eventos e as críticas durante as apresentações cumpriram as vezes da avaliação por pareceristas, mesmo porque, tendo sido apresentados nos referidos encontros, o quesito do anonimato da autoria restava impossibilitado. O último artigo foi

submetido aos *cadernos* pelo seu autor, depois de apresentado na II Jornada de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados, que aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro de 2011 e, nesse caso, foi submetido à devida avaliação.

Abrimos esta edição com o artigo de Álvaro F. López Lara, que examina o posicionamento dos legisladores estaduais nas votações nominais nos legislativos estaduais do México. A publicação de um texto sobre casas legislativas subnacionais de outro país em língua espanhola responde ao propósito de troca de experiência com legislativos de outros países. O segundo texto é de Fábio Ricardo Tomio e Paolo Ricci, cujas pesquisas vêm contribuindo para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento dos legislativos estaduais. No trabalho publicado nesta edição, os autores comparam a produção de três assembleias legislativas (ES, MG e SP) no longo período de 15 legislaturas (de 1951 a 2010), reconhecendo semelhanças e diferenças. O terceiro trabalho é de minha autoria e nele verifico a existência de correlação entre o desempenho da função fiscalizadora das câmaras municipais e o tamanho do município.

O quarto texto é de autoria de Marta Mendes, que comparou o desempenho das comissões permanentes das Assembleias Legislativas de Minas Gerais e da Bahia. O último texto, de Marcos Reis, examina a implementação da gestão estratégica na Câmara dos Deputados, com ênfase na área legislativa. É o único texto que não está baseado em análise comparativa, mas não impede que ilumine a reflexão da trajetória de outras casas legislativas, que buscam o aperfeiçoamento de suas ações por meio do aperfeiçoamento de seu planejamento.

Na expectativa de que os artigos desta edição contribuam para a reflexão sobre os caminhos do Poder Legislativo e o seu lugar na construção de uma sociedade democrática, desejamos aos interessados uma boa leitura.

Guilherme Wagner Ribeiro  
Editor

